

**Art. 5º** Embora imunizados, todos os servidores deverão observar as normas de segurança preconizadas pelas autoridades de saúde pública e pelas unidades onde exercem suas atividades, tendo como obrigação mínima o uso correto de máscara e higienização das mãos com álcool.

**Art. 6º** Fica revogada a Portaria nº 507 de 13/05/2021.

**Art. 7º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ MOTTA RIBEIRO**  
**Secretário de Estado da Saúde**

Cod. Mat.: 791889

PORTARIA nº 1405 de 28/12/2021  
O CORREGEDOR DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 292/2020 c/c com os artigos 3º, §3º, 27 e 31, todos da LC nº 491/10, e tendo em vista do que consta no PROCESSO Nº ADR17 1760/2021 resolve conforme fundamentação nos autos, **RECONDUZIR** as servidoras públicas civis, estáveis e com nível médio e superior, Edelaine Cristiny Coelho, matrícula 0333836-3-02, na competência de Enfermeira, com atribuição de exercício na Unidade Técnica Descentralizada de Vigilância Epidemiológica - Itajaí, Suelena Borba, matrícula 0338864-6-02, na competência de Auxiliar de Enfermagem, com atribuição de exercício na Central de Regulação de Internações Hospitalares, Cristian Angelo Grassi, matrícula 0329545-1-03, na competência de Enfermeiro, com atribuição de exercício na Unidade Técnica Descentralizada de Vigilância Epidemiológica - Joinville, todos ocupantes do cargo de provimento Efetivo de Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, em consonância com o art. 36, da LC nº 491/10, para, sob a presidência da primeira, constituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, com a finalidade de apurarem possível insubordinação, falta de urbanidade e desídia, por parte da servidora M. H., matrícula 0658671-6-01, na competência de Técnica em Enfermagem, nível médio, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, estável, lotada na Macrorregional de Itajaí. Se houver comprovação das condutas, a servidora terá infringido, o artigo 29, I, II, III, IV, X e XI, bem como artigo 30, IV, V e XVI, ambos da LC 323/06, estando sujeita às penalidades previstas pela mesma norma, inclusive, estabelecida pelo artigo 38, III. A comissão disciplinar deverá instalar-se no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação desta no Diário Oficial do Estado e a conclusão não excederá 60 (sessenta) dias, admitida a prorrogação, por igual período de acordo com o disposto no artigo 38 da LC nº 491/10.  
**MARCIO MAIENBERGER COELHO**  
Corregedor

Cod. Mat.: 791466

PORTARIA n.1404 de 28/12/2021  
O CORREGEDOR DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 292/2020, Resolve: DESIGNAR, com base artigo 29 da Lei Complementar Estadual n. 491/2010 e conforme autos SES 146667/2019 o servidor **VOLNEI PEDROSO BASTOS JUNIOR**, matrícula 0383201-5-01, na competência de Enfermeiro, com atribuição de exercício na Unidade de Terapia Intensiva - HTR/GETEC, em **SUBSTITUIÇÃO** da servidora **TATIANA BENINCÁ**, matrícula 0663674-8-01, na competência de Enfermeira Obstétrica, com atribuição de exercício no Centro Obstétrico - HTR/GETEC, como presidente da Comissão de Sindicância Investigativa.  
**MARCIO MAIENBERGER COELHO**  
Corregedor

Cod. Mat.: 791470

PORTARIA nº 1403 de 28/12/2021  
O CORREGEDOR DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 292/2020 c/c com os artigos 3º, 17, §2º e 31, todos da LC nº 491/10, e tendo em vista do que consta no PROCESSO Nº SES 109483/2021, DETERMINA: recondução dos autos à comissão processante, para reabertura da instrução processual. A conclusão não excederá 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta no Diário Oficial do Estado.  
**MARCIO MAIENBERGER COELHO**  
Corregedor

Cod. Mat.: 791475

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 50422/2021** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 108, I, do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à BIOHOSP

PRODUTOSHOSPITALARES LTDA – CNPJ Nº 12.499.494/0002-60 a penalidade de **ADVERTÊNCIA** por descumprimento da Autorização de fornecimento nº 2726/2021, Edital nº 415/2020.

Cod. Mat.: 791463

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 153847/2021** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 108, I, do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à BMH PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ Nº 27.300.682/0001-04 a penalidade de **ADVERTÊNCIA** por descumprimento da Autorização de fornecimento nº 19976/2021, Edital nº 1622/2021.

Cod. Mat.: 791464

**Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa “Novos Valores”,** referente ao projeto atividade nº**4617** da Secretaria de Estado da Saúde, conforme **Decreto** Estadual nº 781/782/2012, de 25.01.2012. **Estagiários:1. Angelica Francesca Valiati;** Termo de Compromisso nº 155/2021; Data da Rescisão: 12/12/2021. **2. Caroline Martins de Moraes;** Termo de Compromisso nº 119/2021; Data de Rescisão: 29/12/2021. **3. Franciele Aparecida Lech Stabach;** Termo de Compromisso nº 116/2021; Data da Rescisão: 29/12/2021.

Cod. Mat.: 791524

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:  
**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2021TR000973.**  
**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Instituto de Desenvolvimento Ensino e Assistência à Saúde, mantenedor do Hospital de Caridade, com sede no município de Jaguaruna. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2021TR000973 fica prorrogado até 30 de junho de 2022, tendo em vista o disposto no artigo 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais, especificamente para que a Conveniente possa executar o objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 30 de dezembro de 2021. **SIGNATÁRIO:** André Motta Ribeiro, pela SES e João Paulo Sales Segalla, pelo Instituto.

Cod. Mat.: 791961

## Segurança Pública

## Polícia Civil

**PORTARIA Nº 1209/GAB/DGPC/PCSC, de 15/12/2021.**  
**A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina,** por seu Delegado-Geral, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão do **Processo Administrativo Disciplinar nº 04/2021**, no qual é acusado o servidor de matrícula nº 166.554-5, mandado instaurar pela Portaria nº 717/GAB/DGPC/PCSC, de 11/08/2020, publicada no DOE nº 21.429, de 05/01/2021, **com efeitos a contar do dia 31/12/2021.**  
**Marcos Flávio Ghizoni Junior**  
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 788862

**PORTARIA Nº 1210/GAB/DGPC/PCSC, de 15/12/2021.**  
**A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina,** por seu Delegado-Geral, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão do **Processo Administrativo Disciplinar nº 05/2021**, no qual é acusado a servidora de matrícula nº 972.841-4, mandado instaurar pela Portaria nº 745/GAB/DGPC/PCSC, de 18/08/2020, publicada no DOE nº 21.429, de 05/01/2021, **com efeitos a contar do dia 31/12/2021.**  
**Marcos Flávio Ghizoni Junior**  
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 788863

**PORTARIA Nº 049/SSP/DGPC/GEPLA, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021.**  
**O Delegado-Geral da Polícia Civil,** no uso das atribuições estabelecidas no art. 9º, inciso IV, do Decreto 348, de 13 de novembro de 2019, e, tendo por fundamento o art. 117, combinado com o art. 184, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **Resolve:**  
**Art. 1º** - Designar a servidora **ANGÉLICA GUIDINI** – Matrícula 980914-7, cargo de Agente de Polícia Civil, para atuar como fiscal do Convênio nº 2021TN002403, celebrado entre o Município de Campos Novos e o Estado de Santa Catarina, por meio da Polícia Civil, tendo por objeto o “repasse de orçamento para a Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, visando à aquisição de computadores, telas, mouses, dentre outros equipamentos eletrônicos, bem como aquisição de mobiliários (mesas, cadeiras, armários, entre outros), em atendimento às emendas impositivas individuais do ano de 2020”, cuja vigência iniciou em 29/12/2021 e encerra-se em 28/12/2022.  
**Art. 2º** - Ao fiscal designado na forma do artigo anterior, sob pena de responsabilidade, compete o fiel cumprimento do disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que se dará pelo cumprimento das responsabilidades constantes no anexo único desta portaria.  
**Art. 3º** - À Gerência de Planejamento e Avaliação da Delegacia-Geral da Polícia Civil de Santa Catarina compete à supervisão e orientação dos procedimentos de fiscalização, incluindo a adoção de medidas cabíveis nas hipóteses em que lhe sejam comunicadas irregularidades na execução dos convênios.  
**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCOS FLÁVIO GHIZONI JÚNIOR**  
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 791326

**POLÍCIA CIVIL**  
**EXTRATO DA DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
Órgão Sancionador: Polícia Civil/Fundo de Melhoria da Polícia Civil – Unidade 16084, CNPJ nº 07.188.579/0001-07. Empresa Sancionada: **ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA**, CNPJ/MF 81.571.010/0001-89. AF nº 406/2019. Decisão: Pela **APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA** com fundamento nos artigos 86 e 87, II da Lei nº 8.666/93, art.s 108, II e 110, I, parágrafo 1º, 3º e 4º do Regulamento Geral para Contratação de Materiais, Serviços, Obras e Serviços de Engenharia, no âmbito do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços – SAGMS, aprovado pelo Decreto nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, e na observância da Orientação Técnica nº 004/2010 da Secretaria de Estado da Fazenda. PCSC 47322/2020.  
Cod. Mat.: 791442

**PORTARIA Nº 326/DIAF/DGPC/PCSC, de 29/12/2021**  
**A COORDENADORA ADJUNTA DO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL,** no uso de suas atribuições conforme dispõe a Portaria nº 1626/GAB/DGPC/PCSC de 18/10/2021, publicada no DOE/SC nº 21.630 de 20/10/2021, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** como membro efetivo o Agente de Polícia **JULIO LUAN SERAFIM TARTER**, matrícula nº 992374-8, para atuar na fiscalização do contrato nº 309/CPL/DGPC/2021. PCSC 58767/2021.  
**ANNA PAULA DE MACEDO MOTA**  
Coordenadora Adjunta do Fundo de Melhoria da Polícia Civil  
Cod. Mat.: 791693

**PORTARIA Nº 327/DIAF/DGPC/PCSC, de 29/12/2021**  
**A COORDENADORA ADJUNTA DO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL,** no uso de suas atribuições conforme dispõe a Portaria nº 1626/GAB/DGPC/PCSC de 18/10/2021, publicada no DOE/SC nº 21.630 de 20/10/2021, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** como membro efetivo o Agente de Polícia **LUIZ EDUARDO WAGNER**, matrícula nº 0921640-5-01, para atuar na fiscalização da Autorização de Fornecimento nº 289/CPL/DGPC/2021. PCSC 135438/2021.  
**ANNA PAULA DE MACEDO MOTA**  
Coordenadora Adjunta do Fundo de Melhoria da Polícia Civil  
Cod. Mat.: 791696

## Polícia Militar

PORTARIA Nº 009/Comando 2º BPMA/2021 (Documento digital SGP-e nº PMSC 00013388/2021) O Comandante do 2º Batalhão de Polícia Militar Ambiental, no uso de suas atribuições legais dispostas no art. 15, incisos VIII e XII, da Lei Estadual nº 14.675/09, no art. 1º do Decreto Estadual nº 1.529 de 24 de abril de 2013; bem como,